

As centrais sindicais do Rio de Janeiro informaram neste 1º de maio que apoiam a aprovação, em segundo turno, da PEC 438/11 (Proposta de Emenda Constitucional) do Trabalho Escravo, que prevê a expropriação de terras onde forem encontrados trabalhadores em situação análoga a de trabalho escravo. A matéria deverá entrar na pauta de votações do plenário da Câmara dos Deputados no próximo dia (8/5).

“Nós, brasileiros, temos que ter vergonha do trabalho escravo no nosso país”, disse o presidente da Força Sindical no estado, Francisco Dal Prá. A informação foi obtida durante as comemorações do Dia do Trabalho que foram promovidas no Sambódromo da cidade, em conjunto, pela Força Sindical-RJ, pela UGT-RJ (União Geral dos Trabalhadores), pela Central dos Trabalhadores e pela NCST-RJ (Nova Central Sindical de Trabalhadores).

O presidente enfatizou que Dia do Trabalho serve para reafirmar a luta das centrais sindicais por melhorias nas condições de vida dos profissionais que atuam no estado; redução dos juros e da jornada de trabalho, sem diminuição dos salários; fim do fator previdenciário; e direitos das mulheres equiparados aos dos homens, inclusive a igualdade de salários.

“O mundo exige que as mulheres ocupem o seu lugar, que é de direito”, falou Francisco Dal Prá.

Em relação aos juros, o sindicalista argumentou que eles não podem servir para prejudicar o cidadão brasileiro, mas para gerar mais empregos no país. As centrais de trabalhadores terão encontro com a presidenta Dilma Rousseff na próxima quinta-feira (3/5).

“Nós ainda temos 37% dos trabalhadores do Brasil sem carteira assinada. Isso é um problema muito sério. A carteira assinada garante a velhice do trabalhador, a aposentadoria junto ao INSS (Instituto Nacional do Seguro Social). O governo vai ter que nos ouvir, porque ao

trabalhador só interessam três coisas: dinheiro, dinheiro e dinheiro”, disse.

Dal Prá ainda descartou qualquer possibilidade de apoio à demanda da CUT (Central Única dos Trabalhadores) pelo fim do imposto sindical.

“A CUT está fazendo uma demagogia muito grande, porque ela quer que o trabalhador deixe de pagar um dia [de salário] por ano para pagar 12% do salário por ano. A contribuição sindical não chega a 3%”, disse.

**Fonte: Agência Brasil, 3 de maio de 2012** □